



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/SC

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº 09/2018

Processo nº 08490.007313/2018-63

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de telecomunicações dispostos em 19 (dezenove) itens agrupados, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Grupo 1 - Itens 01 até 09:

STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local, Longa Distância Nacional através de **Linhas Diretas Analógicas não residências**, com identificador de número chamador e bloqueio de chamada, em Santa Catarina nas cidades, endereços e quantidades identificadas na tabela 1 (item 1.2 deste TR).

Grupo 2 - Itens 10 até 19:

Serviço de transmissão de dados por banda larga (acesso a internet) com franquia ilimitada indefinidamente, para atendimento das necessidades de telecomunicações da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Santa Catarina, na sede em Florianópolis e nas Delegacias de Polícia Federal em Itajaí/SC, Joinville/SC, Criciúma/SC, Lages/SC, Chapecó/SC e Dionísio Cerqueira/SC com todos os agregados necessários ao perfeito funcionamento sistêmico, nos endereços identificados na tabela 2 (item 1.2 deste Termo de Referência).

GRUPO	ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
01	01	Fornecimento de assinatura mensal para linhas não residenciais, com recurso de identificação do número chamador, bloqueio de chamada, nas cidades e endereços listados na tabela 2 no item 1.2.	17 unidades	80,00	1.360,00
	02	Valor tarifário para chamadas locais, originadas (fixo-fixo)	1.000 min. Ver Perfil de Tráfego (subitem 3.2)	0,14	140,00
	03	Valor tarifário para chamadas locais, originadas (fixo-móvel) VCI	600 min. Ver Perfil de Tráfego (subitem 3.2)	0,90	540,00
	04	Valor tarifário para chamadas LDN (inter-regional) originadas, destinadas a todas as localidades das REGIÕES I e III. (fixo-fixo)	400 min Ver Perfil de Tráfego (subitem 3.2)	0,17	68,00
	05	Valor tarifário para chamadas LDN (intra-regional) originadas, destinadas a todas as localidades da REGIÃO II. (fixo-fixo)	450 min Ver Perfil de Tráfego (subitem 3.2)	0,17	76,50
	06	Valor tarifário para chamadas originadas, para as localidades compreendidas na região VC2. (fixo-móvel)	300 min Ver Perfil de Tráfego (subitem 3.2)	0,48	144,00
	07	Valor tarifário para chamadas originadas, para as localidades compreendidas na região VC3. (fixo-móvel)	150 min Ver Perfil de Tráfego (subitem 3.2)	0,52	78,00
	08	Valor tarifário para chamadas LDI originadas, destinadas aos países do Mercosul – Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai (fixo-fixo / fixo-móvel)	50 min Ver Perfil de Tráfego (subitem 3.2)	2,11	105,50
	09	Valor tarifário para chamadas LDI originadas, para os demais países (fixo-fixo / fixo-móvel)	50 min Ver Perfil de Tráfego (subitem 3.2)	3,27	163,50
TOTAL ESTIMADO MENSAL DO GRUPO 01					2.675,50
	10	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 50Mbps e IP fixo para a Superintendência Regional de Polícia Federal no estado de Santa Catarina/Florianópolis (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2)	03 unidades	144,00	432,00
	11	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo para a Superintendência Regional de Polícia Federal no estado de Santa	03 unidades	118,00	354,00

02		Catarina/Florianópolis (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).			
	12	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo para a Delegacia de Polícia Federal em Joinville – Santa Catarina (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).	01 unidade	118,00	118,00
	13	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo para a Delegacia de Polícia Federal em Criciúma - Santa Catarina (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).	01 unidade	118,00	118,00
	14	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo para a Delegacia de Polícia Federal em Chapécó – Santa Catarina (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).	01 unidade	118,00	118,00
	15	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo para a Delegacia de Polícia Federal em Lages – Santa Catarina (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).	01 unidade	118,00	118,00
	16	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo para a Posto Alfândegário em Dionísio Cerqueira – Santa Catarina (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).	01 unidade	118,00	118,00
	17	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo para a Delegacia de Polícia Federal em Itajai – Santa Catarina (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).	01 unidade	118,00	118,00
	18	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo na cidade de Porto Bello – Santa Catarina (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).	01 unidade	118,00	118,00
	19	Acesso à internet por banda larga, velocidade de no mínimo 20Mbps e IP fixo na Núcleo de Polícia Marítima em Florianópolis– Santa Catarina (endereço de instalação/prestação do serviço, identificado na tabela 3 no item 1.2).	01 unidade	118,00	118,00
TOTAL MENSAL DO GRUPO 02					1.730,00
TOTAL (36 MESES)					158.598,00

1.2. O custo médio mensal da contratação, considerando todos os itens, está estimado em até R\$ 4.405,50 (Quatro mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As necessidade da contratação do serviço são aquelas dispostas no teor do Item 1 do DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA Nº 7718433/2018-NTI/SR/PF/SC.

2.2. Para as especificações técnicas do serviço, o Núcleo justificou sua demanda de acordo com a regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RGQ-STFC Resolução nº 605/2012 ou mais atual), conforme mencionado no Item 4.5 do Estudo Técnico Preliminar da Contratação 7723606.

2.3. Por fim, a justificativa quanto o quantitativo de serviço demandado, está exarado no Item 2 da DFD supra.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. As contratadas para os grupos 1 e 2 deverão ter a mobilidade de alterar e/ou remanejar os endereços de entrega dos serviços contratados na cidade, sem comprometer a qualidade do mesmo, sem ônus para a contratante, respeitadas eventuais restrições técnicas e os dispositivos legais.

4.1.2. Os serviços objeto da presente licitação serão prestados nos municípios relacionados no item 1, podendo, porém, a CONTRATANTE solicitar excepcionalmente a instalação, principalmente de

Linhas Diretas, em outros municípios do Estado de Santa Catarina conforme sua necessidade, mas dentro das quantidades contratadas.

4.1.3. Considera-se como instalação a utilização de toda tecnologia (equipamentos: modem, roteadores, adaptadores, nenhum hardware, software ou serviço adicional.

4.1.4. A instalação dos equipamentos e a prestação dos serviços deverão observar as exigências da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.

4.1.5. Antes do início dos serviços de instalação, a contratada deverá submeter à aprovação do NTI/SR/DPF/SC a programação da realização dos serviços.

4.1.6. As referidas instalações dos serviços fixos bem como a habilitação dos serviços móveis deverão ocorrer em no máximo 30 (trinta) dias corridos após a celebração do contrato.

4.1.7. As contratadas para o grupo 2 realizarão as referidas instalações as suas expensas, incluindo todos os custos com material, mão de obra, encargos fiscais, encargos trabalhistas, encargos com licenças e todos e quaisquer custos necessários à instalação dos referidos serviços até as áreas internas dos locais de instalações indicadas pela contratante sem custo adicional.

4.1.8. As Contratadas para os serviços SFTC deverão garantir a interconexão com os serviços das demais operadoras conforme normas da ANATEL;

4.1.9. Para o grupo 1, quando da contratação, os números das linhas não residenciais, deverão ter seus números portados das operadoras atualmente contratadas pela Superintendência.

4.1.10. A Contratada, para o grupo 01, deverá controlar as ligações realizadas por cada linha, de forma individual, e documentar as ocorrências havidas.

4.1.11. Todas as linhas telefônicas deverão ter o serviço de identificação e bloqueio de chamadas.

4.1.12. No caso de qualquer detalhe não mencionado nas especificações constantes deste Termo de Referência para os serviços licitados, a realização destes deverá sempre obedecer às normas e padrões técnicos dos Órgãos Reguladores e da boa engenharia.

4.1.13. As quantidades estimadas foram mensuradas por meio de levantamento da utilização dos serviços de telecomunicações por esta Superintendência e configuram mera expectativa de utilização para o exercício do contrato, não podendo ser consideradas como obrigação de utilização e nem como franquias.

4.1.14. A contratação dos serviços licitados não implica na obrigação de sua utilização que se dará conforme necessidade e conveniência da contratante, a qual poderá a qualquer tempo solicitar a interrupção junto a contratada sem ônus algum, respeitando-se o prazo de antecedência de 15(quinze) dias.

4.1.15. Cada operadora, em sendo mais de uma, deverá zelar pela manutenção da qualidade dos serviços contratados, fazendo, quando necessário, as devidas correções, evitando-se assim, ligações com chiados, ecos, ruídos e outras distorções, quedas de ligações telefônicas, quedas dos Acessos Digitais e perda de encaminhamento de chamadas, e quaisquer outras imperfeições que venham a comprometer o desempenho dos recursos e serviços contratados.

4.1.16. Cada operadora, em sendo mais de uma, deverá disponibilizar acesso ininterrupto aos serviços contratados e a seus recursos, 24h (vinte e quatro horas) por dia, todos os dias do ano, ressalvadas as interrupções causadas por casos fortuitos ou motivos de força maior, ou ainda aquelas previamente acordadas entre as partes.

4.1.17. Cada operadora, em sendo mais de uma, deverá zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que por ventura venham a ocorrer serem sanadas em até 08 (oito) horas, não podendo ultrapassar esse tempo devido à natureza que os serviços policiais exigem.

4.1.18. Cada operadora, em sendo mais de uma, deverá comunicar com prazo de antecedência de 03 (três) dias úteis, a paralisação temporária dos serviços contratados por motivo de manutenção ou deficiências em seus meios técnicos e operacionais, bem como o seu prazo de normalização.

4.1.19. Cada operadora, em sendo mais de uma, deverá responder por todos os ônus referentes aos serviços contratados, tais como encargos sociais e legais, impostos, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias.

4.1.20. Cada operadora, em sendo mais de uma, deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo de imediato as reclamações.

4.1.21. Cada operadora, em sendo mais de uma, deverá designar um consultor/preposto e na ausência do titular um substituto, aceito pela Administração, pelo período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

5. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os serviços deverão ser distribuídos conforme segue:

GRUPO	QUANTIDADE Linhas não residenciais	DDD e número da linha	ENDEREÇO
1	04	48 3222 1334	Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina Rua Paschoal Apóstolo Písica, 4744 – Florianópolis/SC CEP 88.025-255.
		48 3333 0867	
		48 3333 0960	
		48 3333 2423	
	01	48 3288 0183	Núcleo de Polícia Marítima em Florianópolis Rua 14 de Julho, 310 – Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.075-010.
	01	48 3236 0239	Aeroporto Internacional de Florianópolis Avenida Deputado Diomício Freitas, 3393 – Carianos, Florianópolis/SC CEP 88.047-900.
	02	47 3344 5032	Posto de Emissão de Passaporte e Atendimento a Estrangeiros de Itajaí ITAJAÍ SHOPING, Rua Samuel Heusi, 234 – Centro, Itajaí/SC Sala 19A – Piso L2, CEP 88.301-320.
		47 3398 3145	
	01	47 3349 8221	Núcleo de Polícia Marítima em Itajaí PIER TURÍSTICO DE ITAJAÍ Avenida Paulo Bauer, 755 – Centro, Itajaí/SC, CEP

		88.301-020.
02	47 3433 1401	Delegacia de Polícia Federal em Joinville Rua José Elias Giuliani, 72 - Bairro Boa Vista, Joinville/SC, CEP 89.205-310.
01	48 3433 6096	Delegacia de Polícia Federal em Criciúma Avenida Centenário, nº 4353 - Bairro Pio Corrêa, Criciúma/SC CEP 88.811-501
01	49 3323 6552	Delegacia de Polícia Federal em Chapecó Rua Carlos Gonçalves Pinho, 57-E - Centro CEP 89.802-425
02	Novas linhas	Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira Rua Felipe Schmidt, nº 740 - Centro - Dionísio Cerqueira/SC CEP 89.950-000
01	49 3644 2989	Avenida Prefeito Adelino Mangini, 471 – Centro, Dionísio Cerqueira/SC CEP 89.950-000
01	47 3433 9808	Rua São Luiz, 234 – Porto Bello/SC CEP 88.210-000

5.2. Os serviços de transmissão de dados por banda larga (acesso a internet) deverão ser assim distribuídos no âmbito da Superintendência Regional em Florianópolis/SC, suas descentralizadas e endereços indicados a seguir:

Grupo	QUANTIDADE	ENDEREÇO
2	03 acessos 50Mbps	Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina. Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 – Florianópolis/SC CEP 88.025-255.
	03 acessos 20Mbps	Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina. Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 – Florianópolis/SC CEP 88.025-255.
	01 acesso 20Mbps	Delegacia de Polícia Federal em Joinville – Santa Catarina. Rua: José Elias Giuliani, 72 - Bairro Boa Vista – Joinville/SC CEP: 89.205-310
	01 acesso 20Mbps	Delegacia de Polícia Federal em Criciúma. Avenida Centenário, nº 4353 - Bairro Pio Corrêa, Criciúma/SC CEP 88.811-501
	01 acesso 20Mbps	Delegacia de Polícia Federal em Chapecó – Santa Catarina. Rua Carlos Gonçalves Pinho, 57-E – Centro – Chapecó / SC - CEP 89.802-425.
	01 acesso 20Mbps	Delegacia de Polícia Federal em Lages – Santa Catarina. Rua Artur Bernardes, 427 - Bairro Conta Dinheiro CEP: 88.508-570.
	01 acesso 20Mbps	Posto Alfandegário em Dionísio Cerqueira. Rua Rio Grande do Sul, 259 – Centro Nova Alfândega, Dionísio Cerqueira/SC CEP 89.950-000
	01 acesso 20Mbps	Delegacia de Polícia Federal em Itajaí – Santa Catarina. Rua 15 de Novembro, 348 – Centro, Itajaí/SC - CEP: 88.301-420
	01 acesso 20Mbps	Posto em Porto Bello - Santa Catarina. Rua São Luiz, 234 – Porto Bello/SC CEP 88.210-000
	01 acesso 20Mbps	Núcleo de Polícia Marítima em Florianópolis. Rua 14 de Julho, 310 – Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.075-010.

6. PERFIL DE TRÁFEGO ESTIMADO:

6.1 Perfil de Tráfego Estimado das chamadas, em MINUTOS, no horário das 07h00min às 19h00min horas, de segunda a sexta feira originadas nas cidades de Florianópolis, Itajaí, Joinville, Criciúma, Lages, Chapecó e Dionísio Cerqueira, para os objetos constantes no Grupo 02:

Grupo	Serviço	Min. / mês (Estimativa)	C*	CHM**	CHm***	CHm	
						< 30s	< 6s
1	Valor tarifário para chamadas locais, originadas (fixo-fixo)	1.000	500	400	100	75	5
	Valor tarifário para chamadas locais originadas para as localidades compreendidas na região VC1. (fixo-móvel)	600	300	230	70	30	10
	Valor tarifário para chamadas LDN (inter-regional) originadas, destinadas a todas as localidades das REGIÕES I e III. (fixo-fixo)	400	110	90	20	15	2
	Valor tarifário para chamadas LDN (intra-regional) originadas, destinadas a todas as localidades da REGIÃO II. (fixo-fixo)	450	115	100	15	10	1
	Valor tarifário para chamadas originadas, para as localidades compreendidas na região VC2. (fixo-móvel)	300	50	45	50	30	3
	Valor tarifário para chamadas originadas, para as localidades compreendidas na região VC3. (fixo-móvel)	150	30	26	4	2	1
	Valor tarifário para chamadas LDI originadas, destinadas aos países do Mercosul – Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai (fixo-fixo / fixo-móvel)	50	10	7	3	1	< 1
	Valor tarifário para chamadas LDI originadas para os demais países (fixo-fixo / fixo móvel)	50	10	7	3	1	< 1

Sendo:

* C = quant. de chamadas mês.

** CHM = Quant. de chamadas com tempo de conversação maior que o tempo mínimo de tarifação.

*** CHm = Quant. de chamadas com tempo de conversação menor que o tempo mínimo de tarifação.

6.2. Para a conversão em minutos tarifáveis deverão ser utilizadas as seguintes fórmulas:

6.1.1 Quando o tempo mínimo de tarifação é igual à unidade de tarifação:

$$M = M.C + C.(e + k)$$

Onde:

M = minutos tarifáveis;

MC = minutos de conversação;

C = quant. de chamadas;

e = quant. de minutos tarifáveis equivalentes ao valor cobrado pelo estabelecimento da chamada (conexão), em sistema de tarifação por duração das chamadas registrada por bilhetagem automática; e

k = 50% da unidade de tempo de tarifação, em minutos, em sistema de cobrança por duração das chamadas registrada por bilhetagem automática.

6.2.2. Quando o tempo mínimo de tarifação é diferente da unidade de tarifação:

$$M = MC + C.e + CHm.(0,5).tm + CHM.k$$

Obs.: quando o tempo mínimo de tarifação for igual à unidade de tarifação: 0,5 tm=k

Onde:

M = minutos tarifáveis;

MC = minutos de conversação;

C = quant. de chamadas;

e = quant. de minutos tarifáveis equivalentes ao valor cobrado pelo estabelecimento da chamada (conexão), em sistema de tarifação por duração das chamadas registrada por bilhetagem automática;

CHm = quantidade de chamadas com tempo de conversação menor que o tempo mínimo de tarifação;

tm = tempo mínimo de tarifação;

CHM = quantidade de chamadas com tempo de conversação maior que o tempo mínimo de tarifação; e

k = 50% da unidade de tempo de tarifação, em minutos, em sistema de cobrança por duração das chamadas registrada por bilhetagem automática.

6.3 Os perfis de tráfego seguem as orientações da PORTARIA NORMATIVA Nº 01, DE 6 DE AGOSTO DE 2002 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Art. 12 do Anexo à Resolução nº 424 da ANATEL

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

7.1.1. Os serviços prestados devem observar as exigências da operadora local, conforme as práticas Telebrás aplicáveis e Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações;

7.1.2. A instalação dos acessos deverá seguir cronograma previamente acordado com a contratante dentro do prazo previsto para efetivação do contrato.

7.1.3. No caso de qualquer detalhe não mencionado nesta especificação, os serviços deverão obedecer sempre às normas e padrões técnicos dos órgãos governamentais e da boa engenharia.

7.1.4. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, devendo o objeto ser efetivado dentro de 30 (trinta) dias após este início.

7.1.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.1.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.1.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

9. VISTORIA

9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (48) 3281-6601 ou (48) 3281-6602, podendo sua realização ser comprovada por:

9.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; **ou**

9.1.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

9.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

- 9.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado

10. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. A execução dos serviços será iniciada conforme o Termo de Contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.
- 11.6. Fica também obrigada a CONTRANTE a:
- 11.6.1. Autorizar e facilitar o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, no local que se fizerem necessário para que possam ser executados os serviços e testes de manutenção requeridos ao perfeito funcionamento do sistema.
- 11.6.2. Providenciar e manter em perfeitas condições a infraestrutura necessária à instalação e manutenção dos serviços ora contratados;
- 11.6.3. Utilizar os serviços adequadamente e exclusivamente para os fins especificados no contrato, observando ainda as normas técnicas e legais aplicáveis;
- 11.6.4. Conectar nas interfaces digitais dos circuitos fornecidos pela CONTRATADA, quando necessários equipamentos que atendam os padrões e características técnicas estabelecidas pela CONTRATADA;
- 11.6.5. Zelar pelos equipamentos colocados pela CONTRATADA sob a guarda e utilização da CONTRATANTE, obrigando-se a ressarcir os prejuízos em face da perda, dano ou destruição nos casos em que ficar caracterizada a responsabilidade da CONTRATANTE;
- 11.6.6. Responder pelas falhas ou interrupções ocorridas na prestação dos serviços, decorrentes do uso inadequado de seus equipamentos terminais, ou de outras irregularidades causadas pela CONTRATANTE;
- 11.6.7. Informar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, situações que envolvam a mudança de endereço do local onde foi entregue os serviços objeto desta licitação, para que possa ser analisada pela CONTRATADA a nova condição de atendimento;
- 11.6.8. Disponibilizar a visitação das prestadoras, segundo critérios definidos pelo NTI, às dependências e aos equipamentos a serem disponibilizados para a prestação dos serviços, mediante prévio agendamento pelos telefones (48) 3281-6601 ou (48) 3281-6602.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

12.16. A CONTRATADA deverá também:

12.16.1. No início da vigência do Contrato a operadora deverá indicar à Fiscalização um número telefônico para registro das reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana.

12.16.2. Solicitar previamente, durante a execução do contrato, à CONTRATANTE qualquer pré-requisito de infraestrutura necessária ao perfeito funcionamento dos serviços contratados, cabendo à CONTRATANTE avaliar e realizar as devidas adequações sempre que possível.

12.16.3. Manter durante a vigência do contrato, em perfeitas condições de funcionamento ininterrupto e devidamente identificados, os circuitos e equipamentos, disponibilizados em atenção à prestação dos serviços contratados, 24h (vinte e quatro horas) por dia, todos os dias do ano, ressalvadas as interrupções causadas por casos fortuitos ou motivos de força maior, ou ainda aquelas previamente acordadas entre as partes.

12.16.4. Zelar pela manutenção da qualidade dos serviços contratados, fazendo, quando necessário, as devidas correções, evitando-se assim, ligações com chiados, ecos, ruídos e outras distorções, quedas de ligações telefônicas, quedas dos Acessos Digitais e perda de encaminhamento de chamadas, e quaisquer outras imperfeições que venham a comprometer o desempenho dos recursos e serviços contratados.

12.16.5. Comunicar à CONTRATANTE, com prazo de antecedência de 03 (três) dias úteis, a paralisação temporária dos serviços contratados por motivo de manutenção ou deficiências em seus meios técnicos e operacionais, bem como o seu prazo de normalização, sem prejuízo de exame por parte da CONTRATANTE das justificativas apresentadas e, se for o caso, aplicação de sanções previstas em contrato.

12.16.6. Proceder à reparação de defeito quando o mesmo ocorrer nos equipamentos de sua propriedade e na sua rede de serviços de telecomunicações.

12.16.7. Informar e reparar em no máximo 08 (oito) horas, contados da solicitação técnica, defeitos reclamados pela CONTRATANTE, que por ventura venham a ocorrer, por motivo de não funcionamento de quaisquer dos serviços contratados, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

12.16.8. Ressarcir a CONTRATANTE, mediante glosa de Nota Fiscal conforme **Item 15.5** deste Termo, quando das interrupções imotivadas ou aquelas que não tiverem sido informadas e que vierem a impedir a utilização dos serviços contratados. O ressarcimento a ser efetuado deverá observar ainda as seguintes instruções:

a) Somente dará direito ao ressarcimento as interrupções superiores a 15 minutos, contado a partir da formalização da reclamação técnica por parte da CONTRATANTE. O período em que por acaso a CONTRATADA fique impossibilitada de acessar as instalações da CONTRANTE deverá ser desconsiderado;

b) O valor de ressarcimento deverá ser calculado de forma proporcional ao período de interrupção, considerando-se uma disponibilidade mensal (30 dias) de 24 horas ininterruptas.

c) O pagamento de ressarcimento não exime a contratada das responsabilidades legais e da aplicação de sanções pela contratante.

12.16.9. Zelar pelo sigilo dos dados cadastrais da CONTRATANTE só divulgando-os para terceiros com expressa anuência da CONTRATANTE.

12.16.10. A operadora deverá designar um consultor e na ausência do titular um substituto, aceito pela Administração, pelo período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Será permitido subcontratar os serviços aqui contratados, de modo parcial, desde que autorizados pela CONTRATANTE de empresas concessionárias ou autorizadas a prestar o serviço pela Agência Nacional de Telecomunicações.

13.2. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

13.2.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

13.2.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.2.4. Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.3. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores, no caso da hipótese prevista no artigo 48, II, da LC 123/2006.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante,

especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

15.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e poderá utilizar instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. Multa de:

16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento

constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

16.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

16.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3, 16.2.4 e 16.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO FERRARI CARDOSO, Chefe de Núcleo**, em 08/11/2018, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8477022** e o código CRC **C6D2E087**.